

Fraga Filho, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996. 188p

Foi com muita satisfação que acabei a leitura da dissertação de mestrado em História, *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*, de Walter Fraga Filho, agora publicada pela Hucitec em co-edição com a EDUFBA.

Trata-se de um livro oportuno, que desnuda a relação entre a pobreza e a cidade de Salvador, durante o século passado. Oportuno, por um lado, ao trazer uma contribuição importante aos estudos sobre este tema, que apresenta uma literatura ainda escassa, e um conjunto de fontes e dados até agora incipientemente explorado. Oportuno, ademais, pela relevância social da problemática em discussão, já que, contemporaneamente, se torna cada vez mais evidente e preocupante o crescimento da pobreza brasileira, que clama por respostas urgentes, institucionais ou não.

Revelador e instrutivo, o livro se presta a um público mais amplo que aquele disponível nas fechadas sessões acadêmicas a que ele primariamente se destinou. Colabora para isto, aliás, o estilo objetivo, claro e sem rodeios com que o autor dissecou seu tema.

Como o próprio título indica, o livro gira em torno de três categorias sociais básicas, emergentes das condições de pobreza na Bahia do século XIX: os mendigos, os moleques e os vadios. O autor explorará, assim, estas três categorias seguindo o curso de oito capítulos.

No primeiro deles, intitulado “Sociedade, economia e pobreza”, o autor trata de modo panorâmico a relação entre diversas hierarquias presentes na sociedade local (“Desigualdades sociais profundas dividiam os baianos entre senhores e escravos, brancos e negros, ricos e pobres”, p.22), e a conjuntura econômica do período (“Períodos de crises, entremeados por outros de recuperação econômica, marcariam a vida econômica na Bahia naquele período”, p.30).

Marca a referida relação para o autor, sobretudo, a exclusão dos setores livres pobres e negros (“não surpreende que os africanos constituíssem mais de um terço da população indigente que mendigava pelas ruas da cidade da Bahia”, como escreve à p.24). Acrescente-se uma conjuntura que o autor intitula de “tempos de infortúnios”, em que prevalecia um ambiente inóspito, com freqüentes epidemias e secas, aliado a uma situação sócio-econômica precária, cujos indicadores eram a inflação, os baixos salários, o desemprego, o desabastecimento etc.

No capítulo seguinte, “O cotidiano dos mendigos”, o autor faz uma história antropológica. Aqui, delinea o dia-a-dia da mendicância discutindo “a relação tensa e ambígua entre os bem-nascidos e a população mendiga da cidade” (p.18). Para o autor, media esta relação ambivalente, que tornava os mendigos ao tempo que indesejáveis tolerados, a visão de mundo religiosa, que assegurava que a caridade era uma vigorosa estratégia de salvação após a morte. Neste ponto são relatados os rituais da mendicância, além de uma interessante taxinomia dos mendigos, para os quais o autor vai configurar categorias básicas: “o pedinte de porta de igreja” (p.44); o “pedinte de porta em porta” ou o “devoto” (p. 44); os “escravo já velho, cego e aleijado”, o “esmoler por bilhete” (p.45); e o mendigo “por escolha e convicção” (p. 47). Encerra o capítulo um interessante estudo sobre o calendário e a geografia da mendicância (v. mapa p. 55) em Salvador no período.

No terceiro capítulo, “Perfil da mendicância”, são traçadas as características da população mendiga de Salvador, com base nos critérios de cor, idade, sexo e estado civil. Além disso o autor estabelece, apropriadamente, uma discussão da relação entre mendicância e escravidão.

No capítulo intitulado “Vadios” o autor apresenta as várias formas de percepção da vadiagem e as estratégias de sobrevivência dos considerados vadios. Traça, pois, a necessária relação entre pobreza, trabalho e vadiagem. Em relação aos vadios estuda, ademais, sua natureza itinerante: “De uma forma ou de outra, o termo quase sempre remetia aos homens pobres livres ou libertos que, sem ocupação permanente e moradia certa, enchiam os campos e as cidade do Império” (p.76); e os mecanismos reguladores através dos quais o Estado buscava estabelecer um controle social dos vadios — já que eles freqüentemente tornavam-se uma ameaça à ordem pública: “Para as autoridades do Império, a questão crucial da política de segurança das cidades era controlar essa população ‘perigosa’ que vivia nos centros urbanos entregues à desordem e roubos” (p.91).

Já no capítulo seguinte, “Meninos vadios, moleques e peraltas”, o autor retrata a violência dos e contra os menores, os órfãos e os abandonados: “A questão da vadiagem infanto-juvenil no século XIX, estava muito estreitamente relacionada à existência de centenas de meninos e meninas que, mesmo ligados a famílias, mestres de ofícios ou senhores (no caso de escravos), faziam das ruas o espaço de trabalho, de divertimento, de peraltice, de jogos e brincadeiras” (p.111).

Os três últimos capítulos, “Da Piedade a intolerância”, “Da Intolerância à exclusão” e “A Vadiagem reconsiderada” têm um caráter mais interpretativo que descritivo. Discutem a emergência de uma política

comprometida com o enquadramento das camadas livres e libertas da população, maioria negra e mestiça. Com efeito, motivado por um evidente declínio da economia escravista, e as consequências dela decorrentes, ganhou corpo na sociedade a idéia de que o fundamental não era somente impor o trabalho como obrigação, mas, também, submeter os pobres a normas coercitivas rigorosas — mediante o confinamento em asilos, inclusive. Recorde-se, aliás, que os mendigos, os vadios, e os delinquentes infante-juvenis serão, desse modo, tomados como ameaça à ordem urbana e logo tratados como caso de polícia.

“A Vadiagem reconsiderada” retoma a questão da ociosidade e busca compreender como, ao longo do século, o significado do termo foi incorporado às camadas livres da população. Neste sentido, sabe-se, enfim, o que motiva a criação de instrumentos de controle social: “A intenção era tornar a cidade espaço inóspito para a grande leva de ex-escravos que fugiam da lavoura e, com isso, desmotivar a saída do campo em direção aos centros urbanos” (p. 178).

Finalizando, o autor concluirá, e com razão, que apesar de todos os mecanismos de controle social criados, a profilaxia social executada pelas elites neste período vai tornar-se insatisfatória, e em sua maior parte frustrada, resultando, quando muito, em êxito limitadíssimo.

Satisfação, então, sentirá o leitor ao percorrer e finalizar este livro. Contribui para isso, sem dúvida, a segura orientação metodológica adotada pelo autor, que nos aproxima o máximo possível da forma como os baianos, naquela época, perceberam a questão da vadiagem e da mendicância, na medida em que reconstitui atitudes e comportamentos dos e frente aos mendigos, moleques e vadios.

Desta leitura resulta a certeza de que pesquisas como esta alargam muito o repertório das fontes sobre a história dos miseráveis da Bahia, ao tempo em que lança a luz do passado sobre nosso presente tão terrivelmente semelhante — ou talvez pior.

Cláudio Luiz Pereira
Mestrado em Sociologia
Universidade Federal da Bahia